
***Statkraft Energia
do Brasil Ltda.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Statkraft Energia do Brasil Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Statkraft Energia do Brasil Ltda. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

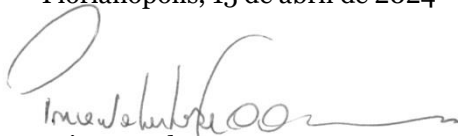
Statkraft Energia do Brasil Ltda.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 15 de abril de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Statkraft Energia do Brasil Ltda

Balanças patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022	Passivo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	80.867	90.936	Fornecedores	9	66.419	52.243
Contas a receber	7	65.470	56.292	Partes relacionadas	16	3.600	700
Partes relacionadas	16	780	2.907	Contratos de comercialização de energia	8	260.530	348.148
Contratos de comercialização de energia	8	318.257	302.693	Salários e encargos sociais		8.190	1.483
Tributos a recuperar		19.927	13.205	Arrendamentos		841	1.586
Outros ativos		94	72	Tributos a recolher		853	146
				Outros passivos		6.209	10.019
Total do ativo circulante		485.395	466.105	Total do passivo circulante		346.642	414.325
Não circulante				Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.143	42.954	Contratos de comercialização de energia	8	448.293	350.491
Contratos de comercialização de energia	8	406.461	278.579	Arrendamentos		84	1.172
Outros ativos		120	-	Total do passivo não circulante		448.377	351.663
				Total do passivo		795.019	765.988
Imobilizado		4.150	6.569	Patrimônio líquido			
Intangível		3	143	Capital social	12	398.156	345.056
Total do ativo não circulante		411.877	328.245	Prejuízos acumulados	12	(295.903)	(316.694)
				Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Companhia		102.253	28.362
Total do ativo		897.272	794.350	Total do patrimônio líquido		102.253	28.362
				Total do Passivo e Patrimônio líquido		897.272	794.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Statkraft Energia do Brasil Ltda

Demonstração do resultado para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Receita operacional líquida			
Receita de comercialização de energia elétrica	13	724.942	550.563
Contratos de comercialização de energia elétrica	8.1	125.786	164.594
(-) Deduções da receita	13	(67.241)	(54.709)
		<u>783.487</u>	<u>660.448</u>
Custos			
Custo da comercialização de energia elétrica	14	(685.401)	(533.469)
		<u>(685.401)</u>	<u>(533.469)</u>
Lucro bruto			
		<u>98.086</u>	<u>126.979</u>
(Despesas) Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	14	(44.044)	(31.638)
Outras (despesas) receitas	14	8	(43)
		<u>(44.036)</u>	<u>(31.681)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro			
		<u>54.050</u>	<u>95.298</u>
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	15	9.461	6.136
Despesas financeiras	15	(909)	(1.342)
		<u>8.552</u>	<u>4.794</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social			
		<u>62.602</u>	<u>100.092</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(41.811)	(55.364)
Luco do exercício			
		<u>20.791</u>	<u>44.728</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Statkraft Energia do Brasil Ltda

Demonstração do resultado abrangente para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Lucro do exercício	20.791	44.728
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos:		
Total do resultado abrangente do exercício	<u>20.791</u>	<u>44.728</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Statkraft Energia do Brasil Ltda

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total Controladora</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2022		236.536	(361.422)	(124.886)
Aumento de capital	12	108.520	-	108.520
Lucro do exercício		-	44.728	44.728
Saldo em 31 de dezembro de 2022		345.056	(316.694)	28.362
Aumento de capital	12	53.100	-	53.100
Lucro do exercício		-	20.791	20.791
Saldo em 31 de dezembro de 2023		398.156	(295.903)	102.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Statkraft Energia do Brasil Ltda

Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		62.602	100.092
		<u>62.602</u>	<u>100.092</u>
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:			
Contratos de comercialização de energia	8	(133.262)	(164.594)
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		1.048	-
Depreciação e amortização		1.741	1.750
		<u>(130.473)</u>	<u>(162.844)</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber	7	(9.178)	2.384
Tributos a recuperar		(6.722)	(3.619)
Outras movimentações em ativos		(142)	(16)
Fornecedores	9	14.176	(15.381)
Salários e encargos sociais		6.707	-
Tributos a recolher		707	(915)
Outras movimentações em passivos		(5.639)	2.433
		<u>(91)</u>	<u>(15.114)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas operações		<u>(67.962)</u>	<u>(77.866)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		<u>(67.962)</u>	<u>(77.866)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de bens do imobilizado e intangível		(234)	(4.493)
		<u>(234)</u>	<u>(4.493)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		<u>(68.196)</u>	<u>(82.359)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital recebido	12	53.100	108.520
Partes relacionadas	16	5.027	255
Caixa líquido proveniente (e aplicado) nas atividades de financiamento		<u>58.127</u>	<u>108.775</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(10.069)</u>	<u>26.416</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	90.936	64.520
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	80.867	90.936
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(10.069)</u>	<u>26.416</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT ENERGIA DO BRASIL LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Statkraft Energia do Brasil Ltda. (“Companhia”) é uma sociedade limitada com sede em Florianópolis - SC, controlada das empresas Statkraft IH Invest AS e Statkraft Investimentos Ltda. A Companhia atua no ramo de comercialização de energia elétrica no mercado regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e operações comerciais acompanhadas e operacionalizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Iniciou operações no Brasil por meio da SN Power (“joint venture” Statkraft e Norfund) visando à atuação no mercado de energia elétrica e expansão de negócios com foco em investimentos. Em 2011, iniciou sua atuação no mercado de energia com a aquisição da empresa Enerpar Energias do Paraná Ltda., para comercialização de energia elétrica por meio dos contratos de compra e venda de energia do portfólio adquirido.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas conforme deliberação dos sócios da Companhia em 15 de abril de 2024.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir, sendo tais políticas sido aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As premissas para estas estimativas estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa,

caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos. Os investimentos são de caráter conservador e a Companhia não possui saldos tomados em contas garantidas.

2.4. Instrumentos financeiros

2.4.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Representam os demais ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.

(b) Ativos financeiros ao custo amortizado

Representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo, mantidos dentro do modelo de negócios, cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, e nas situações em que os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

(c) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado para a emissão de títulos e dívidas.

Os passivos financeiros da Companhia incluem as contas a pagar a fornecedores e os contratos de comercialização de energia.

2.4.2. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

Na baixa de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber é reconhecida no resultado. Adicionalmente, na baixa de um investimento em um instrumento da dívida classificado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou a perda acumulada anteriormente acumulada na reserva de reavaliação de investimentos é reclassificado para o resultado. Por outro lado, na baixa de um investimento em um instrumento patrimonial que a Companhia optou no reconhecimento inicial por mensurar ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou perda acumulado anteriormente acumulado na reserva de reavaliação de investimentos não é reclassificado para o resultado, mas é transferido para lucros acumulados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados entre si e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos sempre que há uma intenção da companhia em liquidá-los numa base líquida, ou realizar ainda o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4. *Impairment* de ativos financeiros

Um ativo financeiro (conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é reduzido ao seu valor recuperável quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa.
- A Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia cede seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

2.4.5. Redução ao valor recuperável de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

2.5. Contrato de comercialização de energia

Os contratos de comercialização de energia que possuem vigência de até 5 anos são reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato é celebrado e são mensalmente remensurados ao seu valor justo.

Os contratos de comercialização de energia que possuem vigência acima de 5 anos e/ou produtos com menor liquidez, tem seu valor justo reconhecido como zero no fechamento da transação, tendo seus ganhos e perdas subsequentes mensalmente mensurados e reconhecidos ao valor justo.

O valor justo dos derivativos de energia é calculado com base em preços cotados e disponíveis no mercado e são calculados via fluxos de caixa descontados futuros esperados.

Sua carteira de contratos compreende operações de compra e venda de energia de curto e longo prazo até o ano de 2034.

Os derivativos de energia são reconhecidos pelos valores brutos por contrato, separadamente entre ativos e passivos (ganhos e perdas) no balanço patrimonial. Sua apresentação é líquida apenas para aqueles contratos onde há o direito legal para compensação em bases líquidas e tais direitos serão de fato utilizados para liquidação durante os termos do contrato.

Os contratos derivativos são mensurados a valor justo conforme premissas do CPC 46 Mensuração ao Valor Justo. Para esta mensuração são utilizadas variáveis observáveis de mercado com relação a preço para ativos e passivos semelhantes, projeções de inflação, câmbio, e taxa de juros, além de avaliação de crédito das contrapartes conforme demonstrado na nota nº 5.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem basicamente aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

No cenário atual, o saldo de contas a receber é na maioria de curto prazo, já que o faturamento ocorre no final do mês para o respectivo recebimento nos 30 dias seguintes ao reconhecimento da receita.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

2.7. Intangível

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (“constructive obligation”) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por compras de energia, bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Exceto pelas contas a pagar decorrentes da compra de energia, elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos “correntes e diferidos”. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes das operações de comercialização de energia provenientes dos contratos de compra e venda de energia elétrica.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.12. Capital social

As cotas são classificadas no patrimônio líquido e pertencem 99,99% à Statkraft Investimentos Ltda. e 0,01% à Statkraft IH Invest AS nas datas 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

2.13. Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade. A receita de venda de energia é reconhecida na medida em que a respectiva energia é entregue ao comprador de acordo com as quantidades informadas à CCEE.

2.14. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenants somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- CPC 26 (R1) (IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) – “Divulgação de políticas contábeis”: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.

- CPC 23 (IAS 8) – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

- CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o Lucro”: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade.

(b) Perda (“impairment”) de ativos financeiros

A Companhia segue as orientações do CPC 48/IFRS 9 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está deteriorado. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectiva do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

Apesar da maioria das transações da Companhia estar em moeda funcional, o fato de suas atividades estarem condicionadas às regras de operacionalização da CCEE a expõe ao risco financeiro de praticar preços que possam não ser favoráveis aos oficializados via contrato.

(a) Risco de mercado

Como toda e qualquer empresa, a execução da atividade e dos negócios podem gerar riscos de mercado que podem afetar significativamente a operação dela.

A Companhia pode ainda estar sujeita a fatos externos que possam gerar algum tipo de risco de mercado. Isso decorre do fato de sua operação estar diretamente vinculada à complexidade de regras emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e à CCEE, bem como outros órgãos reguladores, e mesmo a Companhia atuando com clientes e fornecedores sólidos e com contratos firmes de curto e longo prazos, medidas anunciadas e regulamentações do setor podem afetar direta e indiretamente os negócios a qualquer tempo, dada sua atuação em um mercado regulamentado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente pela Diretoria de Finanças e Risco, que exerce monitoramento periódico e acompanha a performance de todos os contratos de compra e venda de energia elétrica, seguindo política interna específica para aprovação de limites de créditos, recebimento e validação de garantias de clientes (financeiras ou corporativas), além de dar suporte às negociações realizadas pela Companhia na posição de contratos junto à CCEE.

Eventuais riscos de crédito são minimizados substancialmente, também, devido ao fato de que as transações comerciais são suportadas mensalmente via fianças bancárias e registro de venda de energia elétrica na CCEE.

Também cabe à Diretoria de Finanças e Risco, no momento de inadimplência por qualquer uma das contrapartes, iniciar um processo junto a diversas áreas da Companhia para acompanhamento e

solução de qualquer possível perda financeira nas operações em questão.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Departamento de Tesouraria & Planejamento. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

(d) Risco cambial

O risco de câmbio aplicável aos contratos indexados à curva do dólar e seus eventuais impactos são acompanhados pela Diretoria de Finanças e Risco.

O monitoramento contínuo das oscilações do dólar proporciona tomada de decisão pertinente ao gerenciamento de tais contratos.

A Companhia possui contratos de compra e venda em um portfólio específico indexados ao dólar americano, fazendo com que a exposição à variação da cotação da tal moeda interfira na marcação a mercado do portfólio, impactando assim o ativo, passivo e resultado da Companhia.

A análise do risco cambial sobre a mensuração do valor justo dos ativos e passivos é realizada considerando o impacto estimado de uma variação de 10% do real em relação ao dólar americano, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes.

A Companhia analisou os contratos indexados ao dólar conforme apresentado abaixo:

Contratos de energia	Fator de risco	Valores expostos em 2023	Valor do portfólio		Impacto no resultado do exercício	
			10%	-10%	10%	-10%
Ativos	Alta/Baixa Dólar	61.231	72.947	49.516	11.716	(11.715)
Passivos	Alta/Baixa Dólar	(246.147)	(291.441)	(200.852)	(45.294)	45.295
		<u>(184.916)</u>	<u>(218.494)</u>	<u>(151.336)</u>	<u>(33.578)</u>	<u>33.580</u>
Contratos de energia	Fator de risco	Valores expostos em 2022	Valor do portfólio		Impacto no resultado do exercício	
			10%	-10%	10%	-10%
Ativos	Alta/Baixa Dólar	46.312	28.401	57.900	(17.911)	11.588
Passivos	Alta/Baixa Dólar	(312.618)	(407.772)	(211.141)	(95.154)	101.478
		<u>(266.306)</u>	<u>(379.371)</u>	<u>(153.241)</u>	<u>(113.065)</u>	<u>113.066</u>

(e) Análise de sensibilidade

(e.1) Análise de sensibilidade sobre as variações no preço da energia

A Companhia possui contratos de comercialização de energia mensurados a valor justo e afetados diretamente pelo preço de energia futuro. A Companhia utiliza como fonte externa de mensuração do preço de energia futura a DCIDE.

A DCIDE é uma plataforma que fornece a projeção dos preços futuros de energia elétrica considerando a expectativa de preço de liquidação fornecida pelos agentes comercialmente mais ativos no mercado livre.

Com base nesses dados, a DCIDE elabora uma curva de preço semanal, para diferentes períodos, os quais são utilizados como referência para comercialização de energia elétrica no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração considerou como cenário provável de preço de energia as informações divulgadas pela DCIDE para as correspondentes datas base. O valor provável foi então agravado em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo considerando saldos dos contratos de comercialização de energia vigentes foram estimados para o período de um ano:

				Possível		Remoto	
	Fator de risco	Valores expostos em 2023	Cenário provável	25%	-25%	50%	-50%
Ativos	Alta/Baixa DCIDE	724.718	724.718	496.601	443.688	1.174.744	1.237.638
Passivos	Alta/Baixa DCIDE	-708.823	-708.823	-511.888	-440.810	-1.207.446	-1.234.499
		15.895	15.895	-15.287	2.878	-32.702	3.139

				Possível		Remoto	
	Fator de risco	Valores expostos em 2022	Cenário provável	25%	-25%	50%	-50%
Ativos	Alta/Baixa DCIDE	581.272	581.272	465.477	832.736	445.360	1.039.287
Passivos	Alta/Baixa DCIDE	-698.639	-698.639	-596.185	-937.134	-589.753	-1.129.416
		-117.367	-117.367	-130.708	-104.398	-144.393	-90.129

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamentos de lucros, devolver capital a quotistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

4.3. Estimativa de valor justo

Os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar de fornecedores estão registrados pelo valor contábil, menos a perda (“impairment”), ficando próximo de seus valores justos. O valor justo dos ativos e passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigentes no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia contabiliza os instrumentos financeiros ao valor justo de acordo com o método de avaliação.

No caso da Companhia, o valor justo é determinado a partir de informações que são adotadas pelo mercado para ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços), além dos preços cotados.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, contrato de comercialização de energia) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não possui quaisquer outras operações com instrumentos financeiros que não refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e contratos de comercialização de energia.

5.1. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros por categoria são apresentados abaixo:

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros que não estão vencidos ou reduzidos ao seu valor recuperável pode ser avaliada mediante referência as classificações externas de crédito (se houver) ou as informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Instrumentos financeiros por categoria

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado		
Contratos de comercialização de energia	724.718	581.272
	<u>724.718</u>	<u>581.272</u>
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	80.867	90.936
Contas a receber	65.470	56.292
Partes relacionadas	780	2.907
	<u>147.117</u>	<u>150.135</u>
Passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado		
Contratos de comercialização de energia	708.823	698.639
	<u>708.823</u>	<u>698.639</u>
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	66.419	52.243
Partes relacionadas	3.600	700
	<u>70.019</u>	<u>52.943</u>
	<u><u>31.12.2023</u></u>	<u><u>31.12.2022</u></u>
<u>Contas a receber</u>		
Contrapartes com classificação externa de crédito (i):		
A	55.454	40.722
BBB	8.383	8.743
BB	528	7.070
CCC/C	971	138
	<u>65.336</u>	<u>56.673</u>
Contrapartes sem classificação externa de crédito (ii):		
Grupo 2	<u>134</u>	<u>2.468</u>
Total das contas a receber	<u><u>65.470</u></u>	<u><u>59.141</u></u>

- (i) “Rating” de classificação Standard & Poor’s.
- (ii) Grupo 1: novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses) - não aplicável.

Grupo 2: clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.

5.2. Estimativa do valor justo

Considera-se que os saldos dos contratos de comercialização de energia a receber e a pagar demonstradas a valor contábil, menos a perda (“impairment”), quando aplicável, venha a estar próxima de seus valores justos.

31 de dezembro de 2023	Nível 2	Nível 3
Ativos	514.741	209.977
Passivos	562.671	146.152
31 de dezembro de 2022	Nível 2	Nível 3
Ativos	526.648	54.624
Passivos	684.117	14.522

A partir de 31 de dezembro de 2021, a hierarquia do valor justo dos contratos com maturidade até 5 anos de comercialização de energia foi reavaliada do nível 3 para o nível 2 considerando que as premissas que sensibilizam de forma mais relevante a mensuração do valor justo destes instrumentos financeiros (dólar e preço de mercado) estão disponibilizadas em fontes observáveis do mercado.

Os instrumentos financeiros de nível 3, compreendem os contratos que excedem o período considerado líquido pela Administração e os contratos de energia fechados nos submercados Norte e Nordeste.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
Contas bancárias em moeda funcional	9	60
Aplicações financeiras com liquidez imediata	80.858	90.876
Total de caixa e equivalente de caixa	80.867	90.936

A Companhia não opera atualmente com linhas de crédito ou contas garantidas. As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDB possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação de 101,06% do Certificado de Depósitos Interbancários – CDI (100,68% em 31 de dezembro de 2022), sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O grupo de contas a receber com terceiros é composto por mais de 10 grandes clientes de energia elétrica, incluindo, nestes consumidores, geradores e comercializadores de energia elétrica, provenientes dos contratos de venda de energia firmados a curto e longo prazo. O risco de perda é substancialmente reduzido uma vez que as transações comerciais são suportadas mensalmente via mecanismos de garantia tais como fianças corporativas, fianças bancárias, dentre outros.

O saldo a receber de liquidações do Mercado de Curto Prazo consiste no volume de energia não transacionado com terceiros que é direcionado para liquidação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, instituição responsável pela intermediação de transações do mercado de energia elétrica.

	31.12.2023	31.12.2022
(I) Contas a receber com terceiros	37.354	17.203
(II) Saldo de mercado de curto prazo	28.116	39.089
Total de contas a receber	65.470	56.292
Apresentadas como:		
Ativo Circulante	65.470	56.292

8. CONTRATOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

A Companhia possui contratos de suprimento de energia firmados com grandes empresas de energia no Sudeste, Sul e Nordeste do Brasil.

Tais contratos de compra e venda possuem obrigações e direitos futuros de entrega e recebimento de energia elétrica e cláusulas de preços que incluem atualização por índices futuros de inflação (IPCA e IGP-M) além de cláusulas de reajuste de preços anual predefinidas.

Os efeitos financeiros dos contratos são mensurados através da diferença dos preços praticados e dos valores futuros de energia elétrica praticados pelo mercado. Desta forma, foram reconhecidos inicialmente pelo valor justo de acordo com um modelo de precificação. São subsequentemente ajustados também pelo valor justo, sendo as eventuais variações lançadas contra o resultado.

Os saldos de tais contratos ao valor justo são os seguintes:

	31.12.2023	31.12.2022
Contratos de compra de energia	720.395	(42.454)
Contratos de venda de energia	(704.500)	(74.914)
	15.895	(117.367)
Ativo circulante	318.257	302.693
Ativo não circulante	406.461	278.579
Passivo circulante	(260.530)	(348.148)
Passivo não circulante	(448.293)	(350.491)
	15.895	(117.367)

8.1. O impacto do ajuste ao valor justo desses contratos no resultado do exercício pode ser assim apresentado:

	31.12.2023	31.12.2022
Contratos de compra de energia		
Ganhos não realizados	771.340	37.250
Perdas não realizadas	(345.229)	(478.101)
	426.111	(440.851)
Contratos de venda de energia		
Ganhos não realizados	230.092	629.963
Perdas não realizadas	(530.417)	(24.518)
	(300.325)	605.445
Resultado líquido não realizado em contratos	125.786	164.594

Em linha com a estratégia da Companhia de criar portfolios de longo prazo, em 31 de dezembro de 2022 e no decorrer de 2023, foram firmados novos contratos de energia de longo prazo. Conforme diretrizes do CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13 - "Fair Value Measurement"), o valor justo desses contratos foi determinado como o preço da transação na data do seu fechamento, refletindo o melhor interesse econômico dos participantes do mercado envolvidos. O reconhecimento inicial dos contratos não reflete ganhos ou perdas, tendo sido estes mensurados baseados nas variações subsequentes à data do fechamento da transação e registrados no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

9. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores de R\$66.419 em 31 de dezembro de 2023 (R\$52.243 em 31 de dezembro 2022) refere-se principalmente às aquisições de energia elétrica provenientes de contrato de compra a curto prazo.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Os impostos e contribuições podem ser assim apresentados:

	31.12.2023	31.12.2022
Tributos retidos a recolher	36	15
ICMS a recolher	-	62
Tributos sobre importação	817	69
Total dos tributos	853	146

	31.12.2023	31.12.2022
Tributos a recuperar	19.927	13.205
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.143	42.954
Total dos tributos	21.070	56.159

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Despesa de imposto de renda e contribuição social

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro antes dos tributos	62.602	100.092
Outras adições (Exclusões) permanentes ao lucro líquido para apuração do Lucro Real	(404)	61
Ganhos não realizados em contratos de energia	(122.972)	(162.835)
Prejuízo real apurado	(60.774)	(62.682)
Alíquota nominal combinada de IRPJ e CSLL %	34%	34%
IRPJ e CSLL diferidos	(41.810)	(55.364)
Total de tributos no resultado do período	(41.810)	(55.364)

Alíquota efetiva - %	34%	34%
----------------------	-----	-----

Composição dos tributos no resultado:	31.12.2023	31.12.2022
Diferido	(41.811)	(55.364)
Total	(41.811)	(55.364)

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os valores de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não estão sendo reconhecidos.

Os valores para realização futura são os seguintes:

	31.12.2023	31.12.2022
Contratos de comercialização de energia	15.895	(117.367)
Ganhos não realizados em contratos de energia	(19.256)	(8.967)
	(3.361)	(126.334)
Imposto de renda	840	31.584
Contribuição Social	302	11.370
Saldos tributos diferidos ativo	1.143	42.954

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

Em 1º de janeiro de 2022	<u>98.318</u>
Contratos de comercialização de energia	(55.963)
Diferenças temporárias	<u>599</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>42.954</u>
Contratos de comercialização de energia	(42.767)
Diferenças temporárias	<u>956</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u><u>1.143</u></u>

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro o capital social subscrito é de R\$398.156 (R\$345.056 em 31 de dezembro de 2022), com valor dividido em 398.155.964 (345.055.963 em 31 de dezembro de 2022) cotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, sendo 398.155.963 cotas pertencentes à Statkraft Investimentos Ltda. e 1 cota pertencente à Statkraft IH Invest AS.

b) Prejuízos acumulados

Os resultados apurados ao final de cada exercício social deverão ter o destino que vier a ser determinado pelos cotistas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou lucro de R\$ 20.791 o qual foi compensado pelo saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

13. RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Receita de comercialização de energia elétrica	724.942	550.563
Contratos de comercialização de energia elétrica	125.786	164.594
Total da receita operacional bruta	850.728	715.157
(-) Deduções da receita		
PIS	(11.994)	(9.759)
COFINS	(55.247)	(44.950)
Total das deduções sobre a receita	(67.241)	(54.709)
Receita operacional líquida	783.487	660.448

14. CUSTOS E DESPESAS

Resultado do valor justo sobre contratos de comercialização de energia	31.12.2023	31.12.2022
Custo da comercialização de energia elétrica	(685.401)	(533.469)
Total de custos no fornecimento de energia e serviços prestados	(685.401)	(533.469)
Despesas gerais e administrativas	31.12.2023	31.12.2022
Serviços de terceiros	(6.313)	(3.581)
Salários e encargos sociais	(23.714)	(17.737)
Viagens e estadias	(2.268)	(1.681)
Impostos e taxas	(3.803)	(2.260)
Propaganda e publicidade	(74)	(182)
Depreciação e amortização	(1.741)	(1.750)
Seminários e eventos corporativos	(355)	(49)
Materiais	(73)	-
Serviços tomados de partes relacionadas	(4.712)	(4.128)
Outros	(991)	(270)
Total de despesas gerais e administrativas	(44.044)	(31.638)

15. RESULTADO FINANCEIRO

Receita financeira	31.12.2023	31.12.2022
Rendimentos de aplicações financeiras	9.207	5.841
Varição cambial ativa	51	17
Outras receitas financeiras	203	278
Total da receita financeira	9.461	6.136
Despesas financeiras	31.12.2023	31.12.2022
Juros sobre pagamentos de compra de energia	(507)	(606)
IOF, multas e juros sobre tributos	(162)	(244)
Varição cambial passiva	(200)	(148)
Juros sobre arrendamento mercantil	(5)	(232)
Outras despesas financeiras	(35)	(112)
Total das despesas financeiras	(909)	(1.342)
	8.552	4.794

16. PARTES RELACIONADAS

(a) Prestação de serviços para partes relacionadas

A Companhia possui transações com a empresa Statkraft Energias Renováveis S.A., na prestação de serviços de suporte no gerenciamento de assuntos relacionados à energia e no compartilhamento de despesas administrativas. Com as empresas Statkraft Comercialização de Energia S.A., a Companhia transacionou volumes de energia no decorrer dos exercícios, os quais não comprometem a avaliação de suas operações por parte dos usuários das demonstrações financeiras. A receita com partes relacionadas pode ser assim apresentadas:

	31.12.2023	31.12.2022
Receita de serviços com partes relacionadas		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	3	15.128
Santa Fé Energia S.A.	-	349
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	8.893	25.327
Statkraft Markets GmbH	-	75
	8.896	40.879

Os custos e as despesas com partes relacionadas podem ser assim apresentados:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Custo na compra de energia elétrica		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	-	(1.913)
Statkraft Comercialização de Energia Ltda	(21.315)	(7.001)
	<u>(21.315)</u>	<u>(8.914)</u>
Despesas gerais e administrativas:		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(134)	(8)
Statkraft AS	(3.263)	(3.763)
Statkraft Energi AS	(3.149)	(334)
Statkraft Markets GmbH	(32)	-
	<u>(6.578)</u>	<u>(4.105)</u>

As contas a receber por partes relacionadas possuem a seguinte composição:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Ativo circulante		
Contas a receber		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	-	1.306
Statkraft AS	780	-
Statkraft Markets GmbH	-	76
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	-	1.525
	<u>780</u>	<u>2.907</u>

As contas a pagar por partes relacionadas possuem a seguinte composição:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Passivo circulante		
Partes relacionadas		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	50	325
Statkraft AS	708	375
Statkraft Energi AS	906	-
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	1.936	-
	<u>3.600</u>	<u>700</u>

(b) Honorários da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os executivos e diretores da Companhia, totalizou R\$2.545 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$2.506 em 31 de dezembro de 2022), correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

17. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados em nota explicativa.

A Companhia não identificou perdas com riscos prováveis ou possíveis para fins de provisão ou divulgação no exercício de 2023.

18. SEGUROS

(a) Seguros de responsabilidade dos administradores (D&O - “Directors and Officers”)

A Companhia é segurada na apólice detida pela Statkraft Energias Renováveis S.A. O seguro possui como cobertura a indenização aos administradores da Companhia sobre perdas judiciais ou que se refiram à títulos mobiliários sob condições específicas discriminadas na apólice de seguros. Sua vigência compreende o período de 31 de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2024.

(b) Seguros de riscos operacionais

A Companhia também possui seguro contratado para riscos operacionais para seus contratos de comercialização de energia, visando a cobertura para eventuais danos financeiros, com valores em risco e limites de indenização adequados a continuidade de suas operações.
